

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Pregão Eletrônico nº 18/2022

3T TECNOLOGIA – COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 30.277.342/0001-14, com sede à Rua Piquiri, nº 359, Weissópolis, Pinhais, estado do Paraná, neste ato representada por sua representante legal infra-assinada, vem, à presença de Vossa Senhoria, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

ante permissivo constante com fulcro nos artigos 41, §2º, da Lei Federal nº 8.666/93 e 12 do Decreto nº 3.555/2000, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. DA TEMPESTIVIDADE DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO

Conforme artigos supracitados, bem como o disposto no ato convocatório, os termos do edital deverão ser impugnados, se necessário for, no prazo de **até 03 (três) dias úteis** antecedentes à realização da sessão pública.

Assim, sendo que a data da sessão do pregão presencial será realizada no dia 26/10/2022, torna-se a presente peça impugnatória tempestiva.

2. DOS ITENS IMPUGNADOS

Este estimado Órgão, publicou edital de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, supramencionado, cujo objeto é: **“REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL/RS”**.

Devido ao interesse na participação do certame, a Empresa impugnante analisou o presente ato convocatório, de forma rigorosa e minuciosa, encontrando exigências que devem ser urgentemente reparadas, pois afrontam o caráter competitivo da licitação, e impedem a participação de diversas empresas amplamente capacitadas.

Vale ressaltar, que esta empresa licitante é séria e já atendeu com excelência e comprometimento diversas empresas públicas e privadas de todo o País, portanto, possui plena capacidade técnica e estrutural de atender as necessidades deste Órgão.

É imprescindível que os órgãos da Administração Pública, ao realizar certames licitatórios, se atentem ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa, sendo que quanto maior o número de participantes, maiores as chances de se obter a melhor oferta financeira.

Consta nas especificações deste edital as seguintes especificações:

10	10	Unid	<p>PONTO BIOMÉTRICO. Características técnicas mínimas: - Identificação biométrica, cartão de proximidade, barras e senha; - Mecanismo impressor térmico de alta velocidade e robustez com guilhotina; - Capacidade para bobina de até 400m (10.000+ tickets por bobina); - Comunicação TCP/IP, web server embarcado e duas portas USB. Wi-Fi e GPRS opcionais; - Display colorido touchscreen de 2.4"; - Homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego; - Certificado pelo Inmetro; - Com nobreak interno</p> <p>Controle de ponto: - Certificado pelo Inmetro; - Produto certificado pelo Inmetro - Certificado NCC 15.03813; - Homologado Portaria 1.510/2009; - Produto homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego; - Quantidade de Funcionários; - Capacidade para 15.000 usuários cadastrados; - Quantidade de Digitais; - Capacidade para 15.000 digitais;</p> <p>Impressora e bobina: - Compartimento de Bobina; - Capacidade para bobinas de até 400m (10.000+ tickets por bobina); - Mecanismo Impressor; - Mecanismo impressor de alta qualidade Seiko (Japão); - Corte Automático do Ticket; - Impressora com guilhotina de alta velocidade; - Velocidade de Impressão; - Velocidade de impressão de 100 mm/s; - Detecção de Quantidade de Papel Restante; - Permite o monitoramento do nível de papel remotamente;</p> <p>Comunicação: - USB - 1 porta USB 2.0 Host (Porta Fiscal) para fiscalização de Arquivo Fonte de Dados (AFD); - 1 porta USB 2.0 Host para importação e exportação de usuários e recebimentos de AFD; - Ethernet; - 1 porta Ethernet 10/100Mbps nativa;</p> <p>Interface de usuário: - Tela LCD Touchscreen; - Display LCD TFT colorido de 2.4" 320x240 com tela resistiva sensível ao toque;</p> <p>Características gerais: Dimensões gerais (L x A x P) - 246 mm x 246 mm x 104 mm (incluindo suporte inferior); - 246 mm x 230 mm x 104 mm (sem suporte); - Peso do equipamento; - 750g (sem bobina); - Peso embalado 1kg; - Garantia 1 ano; - Cor do equipamento Preto texturizado; - Alimentação 110-220V (Bi-Volt) / 60Hz;</p> <p>Conteúdo da caixa (produto novo): Relógio De Ponto Id Class Homologado Pelo Mte;</p>	1.947,27	19.472,73
----	----	------	---	----------	-----------

Por conseguinte, vejamos as especificações técnicas adotadas pela empresa **CONTROL-ID**, sobretudo no que tange a **RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO**, que encontra-se disponível no link:

<https://www.controlid.com.br/relogio-de-ponto/idclass/>

Em observância, nota-se que tal exigência editalícia é clara em apontar a marca **CONTROL ID** sem qualquer explicação apresentada.

Vale ressaltar que a única autorização prevista por lei para citar fabricante e marca em processo licitatório seria pelo princípio da padronização dos equipamentos, o que não ocorre neste caso.

Sendo assim, tal requisito acaba por criar obstáculos para a livre participação de empresas interessadas no certame, limitando completamente o certame licitatório, uma vez que **direciona a fabricação do objeto para um único e específico licitante**, dando exclusividade a mencionada empresa e sua marca,

impossibilitando a participação das empresas devidamente cadastradas e credenciadas, que atendem a todas as exigências deste edital, capacitadas e interessadas no certame, o que vai contra a lei 8666/93, que trata das licitações públicas.

Neste sentido está a redação do artigo 7º, §5º, da referida lei de licitações, *in verbis*:

Art. 7º. [...]

§5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório. (grifo e negrito não original)

Ainda nesse sentido, dispõe o artigo 15, §7º, I, da mesma lei, a impossibilidade de determinação de marcas na descrição dos objetos:

“Artigo 15 [...]

§7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I- a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca”.

Portanto, obrigar que os equipamentos das licitantes devam atender tal requisito, **força o entendimento de que o órgão na realidade está à procura de equipamento exclusivo**, em favorecimento de empresa que detenha ao seu favor os equipamentos, violando o real intuito do procedimento licitatório.

Sendo assim, caso esta Ilustre Comissão de Licitação modifique as exigências do edital, deixando de direcionar o edital para a empresa, qual seja **CONTROL-ID**, possibilitando assim a participação de outras empresas para oferecer seus equipamentos, porém de modelos e funcionalidades similares, terá como consequência a participação de diversas empresas altamente capacitadas que neste momento encontram-se impossibilitadas devido o aspecto restritivo do edital, além de evitar o risco de adquirir equipamentos com custo mais alto.

Ainda, frisa-se que não há no referido instrumento convocatório qualquer esclarecimento que justifique a necessidade deste Órgão para a exigir determinada marca, o que é imprescindível para conhecimento dos licitantes, merecendo, portanto, retificação do mencionado ato convocatório.

Cabe destacar ainda que a própria Lei nº 8.666/93 dispõe a ampla concorrência, sendo vedada qualquer cláusula que a restrinja, conforme artigo 3º, §1º, inciso I, *in verbis*:

“Art. 3º [...]

§1º É vedado aos agentes públicos:

I- admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. (grifo e negrito não original)

Outrossim, interpretando as disposições do artigo 3º, ressalta o renomado especialista na área de licitação, o doutrinador Marçal Justen Filho:

“Os dispositivos restantes, acerca da licitação, desdobram os princípios do artigo 3º, que funciona como norteador do trabalho hermenêutico e de aplicação da Lei da licitações. Nenhuma solução, em caso algum, será sustentável quando colidente com o artigo 3º. Havendo dúvida sobre o caminho a adotar ou a opção a preferir, o intérprete deverá recorrer a esse dispositivo. Dentre diversas soluções possíveis, deverão ser rejeitadas as incompatíveis com os princípios do artigo 3º”.

A lei licitatória buscou a preservação do que realmente se procura atingir em uma licitação, impondo várias limitações de molde a evitar que exigências não previstas em lei acabassem por representar instrumentos de indevida restrição à liberdade de participação em licitação e desvio da igualdade entre os licitantes.

Ademais, informa a impugnante o atendimento a todo o descritivo constante em edital, ainda, acredita que existem muito mais empresas que conseguem atender, porém se encontram impedidas, assim como a impugnante, de participar do certame por conta do explícito direcionamento à referida empresa, através da nítida exigência de marca/modelo específico, causando restrição indevida.

Assim, os fundamentos aqui expendidos são fonte de valia universal perante a sociedade brasileira, operadores de direito, e principalmente, aos agentes públicos, pois constituem proteção ao interesse público majoritário, razão essa suficiente a proclamar a retificação do ato convocatório, no tocante as exigências que extrapolam os comandos legais.

3. DOS PEDIDOS

Ex positis e sem prejuízo do uso das garantias constitucionais, demonstrado que as exigências contidas no edital contrariam o direito da Impugnante e também afrontam os princípios pelos quais a administração pública deve observar em se tratando de licitação pública, e, tempestiva a presente peça impugnatória, portanto, passível de análise pelo Sr. Pregoeiro, requer-se:

a) Seja recebida a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, sendo julgada **PROCEDENTE** pelo Senhor Pregoeiro;

b) Requer, ainda, que os itens do edital supracitados nesta impugnação passem por alterações no tocante a citação de fabricante e marca do produto, deixando de direcionar o edital e, portanto, de dar exclusividade à empresa **CONTROL-ID** e seu produto, sendo necessário, para tanto, a publicação de nova data para a realização do Pregão, ampliando a participação de equipamentos de modelos similares de outros fabricantes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

Pinhais, 17 outubro de 2022.

KLEITON CHOCHI ZEMBOVICI